

CCRU - COMITÊ DE CONTROLE DO RUÍDO URBANO

O ruído urbano é um agente de poluição que afeta nosso direito ao silêncio ambiental, assim entendido pela lei e pela doutrina como um bem essencial à sadia qualidade de vida.

Logo, o ruído urbano é fator de risco a saúde e se faz necessário que a redução do mesmo seja pauta do planejamento urbano municipal, e que se busque por soluções para a crescente demanda por controle do impacto do ruído urbano na paisagem sonora.

Percebe-se que há implicação não apenas científica assim como normativa, que estabelece o mesmo plano de importância entre a proteção do meio ambiente e a proteção à saúde, expressa em diversas legislações vigentes:

Considerando a Constituição Federal;

- Art. 23º, que compete (de forma executória) aos municípios: **cuidar da saúde e assistência pública** (inciso II); **proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas** (inciso VI);

- Art. 24º, que compete **legislar concorrentemente sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição** (inciso VI), **responsabilidade por dano ao meio ambiente** (inciso VIII) e **proteção e defesa da saúde** (inciso XII);

- Art. 30º, de forma ainda mais específica **que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local** (inciso I);

- Art. 225º, que trata do Meio Ambiente, diz **“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”**;

Considerando a Resolução CONAMA n. 1º / 1990, que cita as normas técnicas da ABNT:

- NBR 10.151: que dispõe sobre **a medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas**;

- NBR 10.152 que dispõe sobre **níveis de pressão sonora aceitável dentro de residências e edifícios, conforme o tipo de utilização**;

Considerando a Lei Orgânica da Saúde n. 8.080/90, **elencar fatores que condicionam e determinam a saúde**, em seu art. 3º diz “a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento

básico, **o meio ambiente**, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País”.

Considerando Estatuto da Cidade, art. 2º, que destaca como Diretriz Geral, **“A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana**, mediante as seguintes diretrizes gerais: “...planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, **de modo a evitar e corrigir** as distorções do crescimento urbano e **seus efeitos negativos sobre o meio ambiente** (inciso IV)” e mais adiante, “ordenação e controle do uso do solo, de forma a **evitar: a poluição e a degradação ambiental** (inciso VI, alínea g) e por fim, **“proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído**, do patrimônio cultural, histórico, artístico, **paisagístico** e arqueológico, (inciso XII)”;

Considerando que a Lei municipal 16.499/16 prevê que o **mapeamento do ruído urbano do município seja realizado até 2023**.

Considerando o Plano Diretor Estratégico Título I, Capítulo II, art.5º e parágrafo 6º, que cita como diretriz sobre **o direito a qualidade ambiental e bem-estar humano**, e o Título I Capítulo II, Art. 6º, XIII e alínea f que demonstra **o objetivo de evitar a poluição e degradação ambiental**; e ainda citando o Título II, Capítulo II, Seção II, Art.30º, parágrafo 3º inciso II, que classifica **“poluição atmosférica sonora (não particulada), em relação ao conjunto de fenômenos vibratórios que se propagam num meio físico elástico (ar, água ou sólido), gerando impacto sonoro indesejável pelo uso de máquinas, utensílios ruidosos, aparelhos sonoros ou similares, meios de transporte aéreo, hídrico ou terrestre motorizado e concentração de pessoas ou animais em recinto fechado ou ambiente externo, que cause ou possa causar prejuízo à saúde, ao bem-estar e/ou às atividades dos seres humanos, da fauna e da flora”**;

E, considerando o princípio da legalidade estrita, que significa estar a **Administração Pública, em toda a sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar**, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de seu autor;

Portanto, inspirado no conceito de *soundscape* traduzido como **Paisagem Sonora**, que se caracteriza pelo **estudo e análise do universo sonoro que nos rodeia**.

Compreendendo paisagem sonora como sendo composta pelos diferentes sons que compõe um determinado ambiente, sejam esses sons de origem natural, humana, industrial ou tecnológica. E visitadas algumas normas que o município possui como obrigações previstas tanto em legislação federal assim como na própria legislação municipal, em evitar poluição, no caso sonora, como também criar mecanismos de gestão das questões ambientais e sanitárias e pra isso deve-se valer de instrumentos jurídicos e urbanísticos bem planejados.

Gostaríamos de propor que seja incluído no **Capítulo II – Das Instâncias de Participação Popular** - a criação como **Seção V**:

– DO COMITÊ DE CONTROLE DO RUÍDO URBANO –

Cabendo ao CCRU, como órgão colegiado integrante do Sistema de Planejamento e Gestão Democrática do Município, tratar da Gestão da Paisagem Sonora e do controle do Ruído Urbano, através das seguintes competências:

I - apreciar, emitir parecer e deliberar sobre casos de aplicação da legislação específica sobre poluição sonora, em equipamentos públicos e privados, fontes emissoras de ruído responsáveis pela poluição sonora urbana, nos períodos diurno e noturno;

II - dirimir dúvidas na interpretação da legislação específica ou em face de casos omissos;

III - elaborar e apreciar projetos de normas modificativas ou inovadoras da legislação vigente, referentes a órgãos emissores, fontes emissoras de ruídos e outros elementos que constituem a paisagem sonora e o ruído urbano;

IV - propor ao Conselho Municipal de Política Urbana diretrizes relativas ao controle de poluição sonora e promoção do bem estar ambiental;

V - propor e expedir atos normativos administrativos sobre a ordenação de conter o ruído urbano, visando a preservação de zonas com níveis sonoros apropriados.

VI - propor normas e regramentos relativos às novas tecnologias de tratamento acústico e fontes de ruído sonoro, bem como projetos diferenciados que tenham interferência na paisagem sonora;

VII - expedir atos normativos para fiel execução desta lei e de seu regulamento, apreciando e decidindo a matéria pertinente;

VIII - acompanhar a elaboração do Mapa do Ruído Urbano da Cidade de São Paulo, conforme disposto na Lei 16.499/16, auxiliando na identificação de áreas prioritárias para redução de ruídos, assim como fiscalizar sua implementação.

IX - A coordenação do CCRU competirá à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, à qual caberá a adoção das providências necessárias à sua constituição;

X - O CCRU poderá solicitar subsídios a outros órgãos municipais, bem como a entidades privadas, sem que seja imposto qualquer ônus ao Município. Caso seja de interesse do Município.